

Jean Montagne, tomando para epigraphe o pensamento do illustre ensaista francez que já citei:

« L'armée n'est pas seulement l'arme de la Nation, elle en est l'armature. C'est l'armée qui fait que la Nation n'est pas un être invertebré; c'est l'armée qui fait que la Nation se tient debout ».

Ce que l'armée peut être por la Nation, disse-o maravilhosamente em um volume publicado com este mesmo titulo na Belgica, em 1907, o Tenente Adjuncto do Estado Maior A. Fastrez:

« Qu'au jour du danger le peuple puisse avoir confiance dans son armée. Faisons la forte, homogène, manœuvrière, puissante, sûre d'elle même; bouclier résistant planté hardiment sur la route de l'envahisseur, et l'immensité de l'effort à faire pour le renverser découragera les plus violents convoitises. A l'abri de cet obstacle, plus valable que les cours d'eau et les montagnes, développons sans crainte du péril toutes nos initiatives. Formons notre jeune à son rôle de patriote, capable non seulement d'enrichir son pays, mais aussi de le défendre. Développons les cerveaux et les cœurs; élevons le niveau moral et social de notre population saine, vigoureuse, active; donnons à notre armée des jeunes gens dont l'intelligence est ouverte et dont l'âme est virile et pure: l'armée nous les rendra formés, doués d'un puissant coefficient d'utilisabilité sociale, grandis pour les efforts individuels et pour les efforts collectifs ».

Não é outra a linguagem que *A Defesa Nacional*, nestes seus oito annos e onze mezes de vida, tem fallado aos seus patricios, ao mesmo tempo que mostra aos officiaes e commandantes as numerosas responsabilidades que decorrem dessa altissima e salutar orientação.

Abençoemos e agradeçamos, em nome da Patria, o esforço abnegado desse valente nucleo de pioneiros da idéa nova, expoentes legítimos da mentalidade do Exercito moderno do Brasil educado na disciplina e trabalhando com afincó para ser forte e efficiente.

FELIX PACHECO

Senador Federal pelo Piahy

1.º Secretario da Liga da Defesa Nacional

O PAPEL DO OFFICIAL NUMA DEMOCRACIA MODERNA

O Brasil festeja o Centenario de sua Independencia. Póde contemplar com orgulho o caminho percorrido desde um seculo. Formando na ultima guerra, numa hora difficil para os aliados, ao lado dos Estados defensores do Direito, a joven Republica entrou definitivamente para o concerto das grandes nações democraticas modernas. Seu prestigio e sua influencia têm-se desenvolvido de uma forma consideravel. Seu representante em Paris teve a honra de presidir, durante algum tempo, as deliberações do Conselho Supremo da Sociedade das Nações. O Brasil continuará a marchar, com passo firme, no caminho do progresso pacifico e da exploração, ainda insufficiente, de seus immensos recursos naturaes.

No dominio militar, o Brasil tem feito, de algum tempo para cá, um notavel esforço para modernizar seu Exercito, do ponto de vista da organização, da instrução e do armamento. Os progressos realizados são já sensiveis, podendo-se prever que, daqui a alguns annos, possuirá uma força militar em relação com sua situação de maior potencia da America do Sul, proporcional a seus recursos, a sua extensão territorial e á sua população. Esta força servir-lhe-á, unicamente, á defesa de seus direitos e de seus interesses. Os sentimentos pacificos e conciliadores que o Brasil tem demonstrado tantas vezes, no curso de sua historia, são uma prova de que jamais pensará em utilizar sua força com um fim de agressão.

Mas, para dar a um exercito todo o seu valor, não basta modernizar-lhe a organização, a instrução e o armamento. E' preciso tambem que a mentalidade de seu órgão motor, o corpo de officiaes, evolua no sentido que convem a uma democracia moderna. Ora, com o serviço obrigatorio de curta duração, que chama

ás bandeiras homens de todas as classes sociaes, com os engenhos tão diversos e, algumas vezes, tão complexos, que a guerra põe em jogo, o official mal tem tempo para desempenhar sua alta missão: dar educação moral a seus homens e aperfeiçoar, sem cessar, a instrucção delles para a guerra, ao mesmo tempo que não descursa da sua propria. Esse trabalho deve absorver toda a sua actividade. Como muito bem disse, recentemente, da tribuna, um digno membro do Parlamento Brasileiro, a profissão de official deve ser um sacerdocio, e não um officio, que se adopta como qualquer outro, unicamente para ganhar a vida. O official digno desse nome deve possuir vocação: um vivo interesse pelas questões militares, gosto pelo commando e pelas responsabilidades, um sentido agudo da psychologia do homem e uma natural repugnancia pelas cousas que não são limpas e serias. A isso, deve-se ajuntar um grande desinteresse, porque em nenhum paiz do mundo a profissão das armas é lucrativa. Isso acarreta, portanto, como compensação, o dever moral dos poderes publicos de assegurar, mediante vencimentos convenientes, a dignidade da vida do official.

Esta concepção do papel do official exclue, naturalmente, sua intervenção, directa ou indirecta, na politica do paiz. Tal abstenção, voluntaria ou, se preciso, imposta pelo governo, é essencial ao bom funcionamento de uma Democracia moderna.

Sem ella, o mechanismo da Constituição pôde ser falseado; o Parlamento delibera e legisla sob a ameaça de uma intervenção militar; é destruida a confiança entre a Nação e o Exercito. Em uma palavra, o corpo de officiaes deve reconhecer lealmente que o poder civil, que é delegado pelo povo para dirigir todos os negocios do Estado, deve ter a supremacia sobre o poder militar, que é encarregado sómente de assegurar certos serviços, da manutenção da ordem no interior e da

defesa do paiz contra uma aggressão exterior. Qualquer outra concepção seria um anachronismo numa Republica que quer ser um Estado democratico moderno.

Esse papel do official é comprehendido desde muito tempo nas monarchias liberaes do Oeste da Europa — Inglaterra e Italia — assim como na Republica franceza e americana do Norte. Em França, os partidos antimilitaristas procuraram outrora, servindo-se da questão *Dreyfus* como instrumento, desagregar o Exercito, introduzindo nelle a delação. Mas o Exercito não se deixou arrastar. Despresando os poucos sycophantas que se haviam insinuado em seu seio, mantendo-se afastado da politica, o Grande Mudo, como o chamavamos com orgulho, continuou a trabalhar em silencio. Elle teve confiança nos representantes da nação para laval-o dos ultrages de que tinha sido coberto. Essa confiança não foi vã: do alto da tribuna do Parlamento, a palavra vingadora do actual Presidente da Republica, Mr. Millerand, estigmatizou «o abominavel systema das fichas» e provocou a quédia do Ministro que por elle era responsavel. Tendo guardado assim sua cohesão moral, forte na confiança do paiz, que via nelle um verdadeiro instrumento de defesa nacional, e não um exercito de guerra civil, pode enquadrar, na hora do perigo, a Nação em armas, e ser o Exercito da Victoria do Marne.

Ao contrario, nas velhas monarchias da Europa Central e Oriental, que a guerra abateu, o corpo de officiaes constituia uma casta que, por intermedio do Soberano, seu chefe effectivo, exercia uma influencia algumas vezes decisiva sobre a politica exterior e, mesmo, interior do Estado. Essas castas estavam imbuidas do espirito militarista, espirito de conquista e de aggressão, que é preciso não confundir com o espirito militar, indispensavel a todo Exercito, e que outra cousa não é senão o amor e o orgulho pela nobre profissão das armas.

E' vantajoso para um official, do ponto de vista militar, ver-se envolvido nas lutas politicas? Evidentemente não, e os motivos saltam aos olhos. Desde logo, do ponto de vista moral, a pratica da politica exige transigencias; compromissos, que são incompativeis com o que deve constituir a mentalidade do official, — homem dum character firme e recto, de uma só peça, que commanda e obedece sem discussão, que não transige com sua consciencia. Além disso, a intromissão na politica apresenta graves inconvenientes para a disciplina. Todos os officiaes tendo, em materia politica, direitos iguaes, alguns pôdem ser levados a criticar em publico os actos dos seus superiores. Em fim, as opiniões sendo forçosamente divergentes, em uma collectividade importante, a politica destróe o espirito de camaradagem, tão importante no campo de batalha, e tão facil de manter em tempo de paz, quando todos os pensamentos convergem para um fim unico: a defesa da Patria.

O facto de se abster de toda ingerencia na politica não implica em que o corpo de officiaes deva viver á margem da Nação. Um tal espirito de casta seria, numa democracia moderna, uma verdadeira regressão.

Ao contrario, os officiaes devem, por meio de suas relações pessoaes, misturar-se ás demais classes sociaes que, conhecendo-os melhor, os apreciarão mais. E, sob a condição de evitar com cuidado o terreno incandescente da politica, as relações com os membros do parlamento só pôdem apresentar vantagens, sobretudo nos periodos de reorganização militar.

Com effeito, os parlamentares, que têm de decidir sobre as reformas propostas, só conhecem muitas vezes as soluções officiaes, apresentadas pelos órgãos responsaveis. Assim, certos aspectos dos problemas pôdem escapar-lhes. Conversações com officiaes de situações e postos diferentes pôdem esclarecel-os, fazer-lhes

ver as repercussões que certos projectos de lei teriam sobre o estado material e moral do Exercito, permittindo-lhes levá-las em conta no decorrer dos debates parlamentares. Em todos os paizes do mundo, os membros do Parlamento, conscientes de seus deveres e de suas altas responsabilidades, animados de um patriotismo ardente, estão promptos, com a condição de serem bem informados sobre o alcance das medidas submettidas á sua apreciação, a conceder todos os creditos necessarios á organização efficaz da defesa nacional.

Comprehendendo dessa forma a sua função, o Exercito de uma democracia moderna pôde desempenhar em tempo de paz um papel fecundo. Conservando-se afastado das lutas politicas, respeitoso da legalidade e dos poderes constituídos, trabalhando sem cessar e em silencio afim de aperfeiçoar sua instrucción para a guerra, elle não esquecerá que não é o Exercito de um partido, nem mesmo de um regimen, mas o Exercito da Patria, a armadura solida a que a Nação incumbio de preparar sua defesa e na qual ella virá integrar-se toda inteira na hora do perigo.

TENENTE-CORONEL DEROUGEMONT

Director de Estudos
da Escola de Estado Maior.

A futura escola de cavallaria

III

Nesta revista já por duas vezes ferimos a tecla da grande necessidade, cada vez mais evidente, de fundarmos no Brazil uma *Escola de cavallaria*.

Não é uma falsa comprehensão das exigencias do nosso aparelhamento militar o patrocínio da idéa, pelo pressuposto de que uma escola nesse genero viria despertar nas outras armadas desejos a satisfazer.

A cavallaria é uma arma de guerra com exigencias muito espeziaes, sendo necessario que os seus officiaes se formem